



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG

**FEIRA GASTRONÔMICA SABORES NA PRAÇA: CULTURA, SOCIABILIDADE E
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SIMONÉSIA (MG)**

MARIA FERNANDA FREITAS BARBOSA

**MANHUAÇU – MINAS GERAIS
2026**

MARIA FERNANDA FREITAS BARBOSA

**FEIRA GASTRONÔMICA SABORES NA PRAÇA: CULTURA, SOCIABILIDADE E
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SIMONÉSIA (MG)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário UNIFACIG, como parte
das exigências do Curso de Arquitetura e
Urbanismo, para obtenção do título de
bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Arthur Zanuti Franklin

MARIA FERNANDA FREITAS BARBOSA

**FEIRA GASTRONÔMICA SABORES NA PRAÇA: CULTURA, SOCIABILIDADE E
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SIMONÉSIA (MG)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitário UNIFACIG, como parte
das exigências do Curso de Arquitetura e
Urbanismo, para obtenção do título de
bacharela em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Arthur Zanuti Franklin

APROVADA: 09 de Julho de 2026

Assentimento:

Arthur Zanuti Franklin - Orientador
Centro Universitário UNIFACIG

Matheus Gomes Rodrigues - Membro da Banca
Centro Universitário UNIFACIG

Wilian Bráz Focca - Membro da Banca
Centro Universitário UNIFACIG

RESUMO

A relação entre cultura, gastronomia e espaço urbano contribui para compreender como determinadas práticas coletivas participam da construção da identidade local e da sociabilidade nas pequenas cidades. Em Simonésia, Minas Gerais, a Feira Gastronômica Sabores na Praça apresenta-se como uma manifestação cultural associada à valorização dos saberes culinários, ao encontro entre moradores e visitantes e à apropriação temporária dos espaços públicos centrais. Nesse contexto, o trabalho teve como objetivo analisar a feira gastronômica do município como objeto cultural da cidade, buscando compreender de que maneira o evento se configura como espaço de sociabilidade, valorização das práticas culinárias locais e fortalecimento das identidades culturais no contexto urbano. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e aplicada, desenvolvida por meio de estudo de caso, observação direta e análise da paisagem urbana. Foram considerados aspectos relacionados à circulação de pessoas, permanência no espaço público, formas de convivência, práticas culturais associadas à gastronomia e apropriação coletiva da praça e da avenida principal durante a realização da feira. Os resultados indicam que o evento ultrapassa a dimensão do consumo alimentar, pois articula memória, lazer, economia local e pertencimento. Observou-se, ainda, que a mudança da feira da Praça Getúlio Vargas para a avenida principal ampliou sua escala e sua relação com a dinâmica urbana do município. Conclui-se que a feira constitui uma prática cultural significativa para Simonésia, ao transformar temporariamente espaços cotidianos em lugares de encontro, permanência e reconhecimento coletivo.

Palavras-chave: Paisagem urbana; Cultura local; Sociabilidade urbana; Feira gastronômica; Simonésia.

ABSTRACT

The relationship between culture, gastronomy, and urban space contributes to understanding how collective practices take part in the construction of local identity and sociability in small towns. In Simonésia, Minas Gerais, the Sabores na Praça Gastronomic Fair is presented as a cultural manifestation associated with the appreciation of culinary knowledge, the encounter between residents and visitors, and the temporary appropriation of central public spaces. In this context, this study aimed to analyze the town's gastronomic fair as a cultural object, seeking to understand how the event functions as a space for sociability, appreciation of local culinary practices, and strengthening of cultural identities in the urban context. The research is qualitative, descriptive, and applied, developed through a case study, direct observation, and urban landscape analysis. Aspects related to people's circulation, permanence in public space, forms of coexistence, cultural practices associated with gastronomy, and collective appropriation of the square and the main avenue during the fair were considered. The results indicate that the event goes beyond food consumption, as it articulates memory, leisure, local economy, and belonging. It was also observed that the transfer of the fair from Getúlio Vargas Square to the main avenue expanded its scale and its relationship with the town's urban dynamics. It is concluded that the fair represents a meaningful cultural practice for Simonésia, temporarily transforming everyday spaces into places of encounter, permanence, and collective recognition.

Keywords: Urban landscape; Local culture; Urban sociability; Gastronomic fair; Simonésia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	Da alta cultura a antropologia cultural	8
2.2	A cultura como instrumento de desenvolvimento humano, social e econômico nas pequenas cidades	11
2.3	Vitalidade urbana, lazer e gastronomia	15
3	METODOLOGIA	17
4.1	Estudo histórico e sociodemográfico de Simonésia	18
4.2	Manifestações da cultura em Simonésia	22
4.3	Feira Gastronômica Sabores na Praça: Valorização da gastronomia, cultura e economia simonesiense	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A relação entre o espaço urbano e as práticas sociais é importante para a construção da identidade das cidades, uma vez que determinados espaços funcionam como importantes suportes para a sociabilidade, o encontro e a convivência cotidiana. Esses lugares também se articulam a manifestações culturais, como festivais gastronômicos e eventos tradicionais, que frequentemente se encontram enraizados na história e na dinâmica social da população local.

Os mercados municipais e feiras gastronômicas constituem espaços tradicionais de sociabilidade e de circulação de bens, desempenhando papel relevante na estruturação da vida urbana em diferentes contextos históricos. Mais do que locais destinados à comercialização de produtos alimentícios, esses equipamentos urbanos concentram práticas sociais, saberes tradicionais e formas de interação que contribuem para a construção de identidades coletivas e para a manutenção de dinâmicas culturais próprias de cada cidade. Nesse sentido, os mercados podem ser compreendidos como espaços de produção social do cotidiano urbano, nos quais se articulam dimensões econômicas, culturais e simbólicas (Lefebvre, 2001).

Historicamente, a presença de mercados públicos e feiras gastronômicas esteve associada à organização das cidades e às estratégias de regulação do abastecimento e da vida urbana. Esses espaços configuram-se como pontos de encontro e de interação social, onde práticas comerciais se misturam a relações de convivência e trocas culturais. Como observa Jacobs (2011), a vitalidade urbana depende da presença de atividades cotidianas diversificadas e de espaços que promovam interação entre diferentes grupos sociais, características frequentemente presentes nos mercados públicos.

Além de sua função econômica, os mercados municipais e feiras gastronômicas também podem ser compreendidos como espaços portadores de memória e identidade urbana. Halbwachs (1990) destaca que a memória coletiva se constrói a partir de referências espaciais compartilhadas pela comunidade, sendo determinados lugares da cidade capazes de condensar experiências sociais e significados culturais ao longo do tempo. Nesse sentido, esses locais tornam-se importantes marcos da memória urbana, pois concentram práticas alimentares, linguagens, hábitos e formas de sociabilidade que se reproduzem entre gerações.

No contexto contemporâneo, marcado pela expansão de redes varejistas e pela homogeneização das práticas de consumo, os mercados municipais e feiras gastronômicas passam a adquirir relevância também como espaços de valorização de tradições locais e de expressão da diversidade cultural urbana. De acordo com Zukin (2010), lugares associados à cultura alimentar e às práticas cotidianas podem desempenhar papel importante na construção da autenticidade urbana e na valorização de identidades locais. Assim, esses locais passam a ser reconhecidos não apenas como equipamentos de abastecimento, mas também como espaços culturais que integram práticas sociais, patrimônio imaterial e experiências urbanas.

Baseado nisso, Lafeta (2020, p. 18), ao estudar a criação do Mercado Novo em Belo Horizonte, mostra que

[...]a experiência favoreceu desenvolvimento da economia criativa na capital mineira e em conjunto com outras iniciativas, possibilitou a inserção da capital na rede de Cidades Criativas da UNESCO. Trata-se da valorização do patrimônio cultural da cidade, que possibilita a atração de pessoas que se relacionem com a identidade do lugar. No caso da capital mineira, trata-se da valorização dos ingredientes regionais, que podem ser experimentados nos tradicionais botecos e restaurantes especializados da cidade.

No entanto, o crescimento de cidades de pequeno e médio porte ocorre, muitas vezes, de forma espontânea e com baixo nível de planejamento urbano, o que pode resultar na negligência quanto à criação e à qualificação de espaços públicos destinados ao lazer, à convivência e à expressão das práticas culturais coletivas.

Nesse contexto, observa-se que muitos desses municípios apresentam escassez de equipamentos urbanos voltados à sociabilidade, como praças estruturadas, centros culturais ou outros espaços destinados ao encontro da população. Diante dessa lacuna, determinadas práticas sociais passam a assumir papel relevante na constituição de espaços de convivência temporários ou informais.

Entre essas práticas, destacam-se as feiras gastronômicas, que frequentemente se configuram como importantes objetos culturais nas cidades de pequeno e médio porte, reunindo moradores, valorizando saberes culinários locais e promovendo momentos de interação social que contribuem para a construção de identidades e para o fortalecimento da vida comunitária no espaço urbano. Nesse sentido, o município de Simonésia, localizado na região da Zona da Mata de Minas Gerais, apresenta-se como exemplo dessa dinâmica, na medida em que eventos e

práticas gastronômicas locais assumem papel significativo como espaços de encontro e expressão cultural da população.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a feira gastronômica do município de Simonésia, Minas Gerais, como um objeto cultural da cidade, buscando compreender de que maneira esse evento se configura como espaço de sociabilidade, de valorização das práticas culinárias locais e de fortalecimento das identidades culturais no contexto urbano.

Diante desse contexto, evidencia-se o potencial dos mercados e feiras gastronômicas como instrumentos capazes de articular arquitetura, cultura e economia, contribuindo para a revitalização urbana e para o fortalecimento da identidade local. Nesse sentido, a análise de experiências relacionadas a práticas gastronômicas e espaços de comercialização de alimentos torna-se relevante para compreender de que maneira tais iniciativas podem atuar como elementos estruturadores da vida urbana, especialmente em cidades de pequeno e médio porte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Da alta cultura a antropologia cultural

Dentro da cultura ocidental, na idade moderna, o conceito de cultura foi formulado a partir de uma tensão entre distintas tradições intelectuais europeias. No contexto francês e inglês, predominou a noção de “civilização”, associada à ideia de progresso, ao refinamento das elites e ao avanço tecnológico do Ocidente, sendo frequentemente utilizada como justificativa ideológica para práticas expansionistas e coloniais (Abbagnano, 1998).

Em contraposição, o conceito de cultura é multifacetado e não apresenta uma definição unilateral, variando conforme a perspectiva teórica adotada. Para o senso comum, o termo muitas vezes se limita à "alta cultura", englobando artes e manifestações de prestígio como teatro e cinema. No entanto, sob a ótica antropológica, Abbagnano (1998) apresenta que a cultura pode ser compreendida como tudo o que o ser humano produz em oposição à natureza, sendo um conjunto de ações e conhecimentos transmitidos entre gerações.

Essa visão relaciona-se com o pensamento romântico alemão, que desenvolveu o conceito de “*Kultur*”, centrado nos aspectos simbólicos, espirituais e nas tradições particulares de cada povo, configurando-se como um elemento de afirmação identitária e de resistência à influência cultural estrangeira.

Dessa forma, enquanto a ideia de civilização pressupõe uma continuidade territorial e material, a cultura passa a ser compreendida como uma construção simbólica, capaz de estabelecer vínculos entre indivíduos para além de delimitações geopolíticas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e plural do que se entende por cultura no campo teórico contemporâneo (Hall, 2006). Essa perspectiva, ao deslocar o foco da materialidade para os sistemas de significação, dialoga com interpretações antropológicas que buscam compreender a cultura como produto da ação humana e de sua transmissão social ao longo do tempo.

Nesse sentido, Duranti (1997) evidencia a multiplicidade de definições de cultura ao reunir distintas abordagens teóricas. Aprofundando uma dessas interpretações, o autor aponta que tudo aquilo que resulta da ação humana, em oposição à natureza, e que é transmitido entre gerações, pode ser compreendido como cultura. Nessa mesma linha, Franz Boas (1963) entende a cultura como resultado de estruturas mentais que se adaptam aos diferentes ambientes nos quais as sociedades se desenvolvem, funcionando como uma lente por meio da qual os indivíduos apreendem o mundo e constroem suas percepções da realidade.

Ao sintetizar essa definição, Ward H. Goodenough (2003) diz que

[...]In the course of writing it, I was able to refine my developing understanding of how to think about culture in the classic anthropological sense that it consists of what humans learn as members of societies, especially in regard to the expectations their fellow members have of them in the context of living and working together. Culture, in this sense, did not consist of patterns of recurring events in a community, though in practice it was often taken to be such and was argued by cultural materialists to be only such (e.g., Harris 1964). Rather, as something learned, culture was like a language, which is not what its speakers say but what they need to know to communicate acceptably with one another, including constructing utterances never made before yet immediately intelligible to others.

Dessa forma, a cultura funciona como um sistema de referências internalizado, que estabelece padrões de comportamento, critérios de julgamento e modos de interação social, permitindo que os indivíduos atribuam sentido às experiências e se comuniquem de maneira eficaz dentro de seu contexto

sociocultural. Por meio desse sistema, os indivíduos atribuem sentido às suas experiências, organizam a realidade e orientam suas práticas cotidianas. Dessa forma, a cultura ultrapassa a ideia de um simples conjunto de costumes ou tradições, abrangendo símbolos, valores e modos de pensar que mediam a relação entre o ser humano e o contexto em que está inserido, possibilitando a comunicação e a compreensão dentro de um grupo social. Essa compreensão, centrada na dimensão simbólica e interpretativa da cultura, pode ser articulada a abordagens que enfatizam seu papel prático e operativo nas ações humanas, especialmente quando se considera a relação entre cultura, trabalho e transformação da realidade.

Nesse sentido, Para Williams (1979), baseando-se na teoria Marxista, a cultura deve ser compreendida como parte constitutiva das práticas sociais, atuando como um sistema de significados que orienta a ação dos indivíduos no interior das relações sociais. Nessa perspectiva, ao planejar e executar ações voltadas para a realização de metas, sejam elas de natureza material ou simbólica, o indivíduo recorre à cultura como um repertório que orienta decisões, estratégias e comportamentos. Assim, a cultura não apenas estrutura a forma como as pessoas interpretam o mundo, mas também influencia diretamente suas ações, funcionando como um elo entre intenções, práticas e resultados no contexto social.

Nomeada como pós-estruturalista e adotada por Pierre Bourdieu (1983) vai além e cria a teoria pós-estruturalista de cultura, compreendendo a cultura como um processo dinâmico, marcado pelas múltiplas influências que atravessam o indivíduo em seu cotidiano. Nessa perspectiva, aquilo que uma pessoa faz, pensa ou expressa não é resultado isolado de sua vontade, mas de uma rede complexa de relações, discursos e experiências construídas em diferentes contextos sociais. Assim, a cultura é entendida como um conjunto de conexões em constante transformação, no qual significados são produzidos, negociados e ressignificados ao longo do tempo. Na sexta abordagem, se entende que cultura é a articulação entre diversas formas de pensar, agir e viver presentes nas sociedades. A partir dessa visão, a interação entre diferentes grupos, contextos e experiências contribui para a formação de uma ampla diversidade cultural, expressa em costumes, valores e modos de compreender o mundo. Desse modo, a cultura não é homogênea ou estática, mas resultado de um processo contínuo de trocas e influências, que reforça tanto as particularidades quanto às interações entre os diferentes modos de vida.

Portanto, após ser moldado ao longo dos anos, na contemporaneidade, o conceito de cultura assume uma posição central nas análises sociais, deixando de ser compreendido apenas como um campo específico em expressões culturais de maior visibilidade, como as artes, para ser reconhecido como elemento constitutivo de toda a vida social. Esse deslocamento teórico, frequentemente denominado “virada cultural”, evidencia que a cultura permeia todas as esferas da sociedade, incluindo a economia, a política e a educação, configurando-se como dimensão fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais (Hall, 2006; Williams, 1981). Outro aspecto relevante do conceito contemporâneo de cultura refere-se à sua natureza plural e híbrida. Em oposição à ideia de uma cultura homogênea e nacionalmente unificada, reconhece-se a existência de múltiplas culturas, constituídas por recortes regionais, geracionais, profissionais e sociais. Além disso, o fenômeno do hibridismo cultural evidencia a constante interação e recombinação de elementos culturais distintos, resultando em novas formas de expressão e modos de vida (Canclini, 1990).

Nesse contexto, a ampliação do conceito de cultura conduz diretamente ao debate sobre as formas de organização da diversidade cultural e das identidades na contemporaneidade. O debate contemporâneo destaca a distinção entre multicomunitarismo e pluralismo cultural. Enquanto o primeiro tende a reforçar a segmentação social por meio da formação de comunidades relativa (Hall, 2003). Nesse sentido, as identidades são compreendidas como construções complexas, resultantes da articulação de diferentes discursos e práticas, muitas vezes contraditórios. Dessa forma, a cultura, na contemporaneidade, deixa de ser concebida como um patrimônio estático que o indivíduo possui, passando a ser entendida como uma prática contínua de construção, crítica e reinvenção. Trata-se de um processo ativo, por meio do qual os sujeitos produzem significados, exercem sua criatividade e ampliam suas possibilidades de ação no mundo.

2.2 A cultura como instrumento de desenvolvimento humano, social e econômico nas pequenas cidades

Notada como o principal lugar para se viver, a cidade desempenha um importante papel na definição de modos de coexistência e criação de memórias. Dito

isso, é entendível que a cidade atua como um importante instrumento de desenvolvimento da cultura.

Segundo Sposito (2010), a noção de pequenas cidades é frequentemente associada, nos estudos geográficos, aos dados de tamanho demográfico. Nesse contexto, após os processos de globalização, muitas pequenas cidades passaram a atuar no território econômico como apoio às cidades médias, entendidas como intermediadoras das relações entre pequenas e grandes cidades no interior da hierarquia urbana. Entretanto, as pequenas cidades não devem ser compreendidas apenas a partir de critérios quantitativos ou da função que exercem nessa hierarquia. Sua análise também deve considerar as relações estabelecidas com os espaços regionais e intraurbanos, observando as dinâmicas sociais, culturais, econômicas e territoriais construídas no cotidiano e nas interações com o entorno regional (Endlich, 2006).

Nesse sentido, a cultura assume papel relevante na compreensão das pequenas cidades, uma vez que se constitui como expressão da história e da identidade de seus habitantes, influenciando diretamente as formas de apropriação e desenvolvimento do espaço urbano. Essas dinâmicas culturais são marcadas pela personalidade, característica recorrente nesses núcleos urbanos, em que as relações sociais se estruturam a partir do conhecimento mútuo e das redes de sociabilidade construídas em espaços como praças, mercados e áreas de vizinhança. Contudo, a compreensão contemporânea de cultura difere das interpretações iniciais atribuídas ao termo. Em seus primeiros usos, especialmente vinculados à corte francesa, a cultura era compreendida de maneira restrita e associada às práticas e manifestações utilizadas para reforçar a posição de grupos considerados socialmente relevantes naquele contexto histórico.

Segundo a reflexão desenvolvida por Arendt (2005), a cultura, ao longo da consolidação da sociedade moderna europeia, deixou gradativamente de ser compreendida como experiência autêntica de contato com o mundo e com as obras humanas duradouras, passando a ser instrumentalizada como mecanismo de ascensão social, distinção política e legitimação de *status*. Na obra é demonstrado que esse processo já se manifestava nas cortes absolutistas, especialmente na corte de Luís XIV, onde o entretenimento e os refinamentos culturais eram utilizados como estratégia de neutralização política da nobreza, reduzida à irrelevância por meio da vida cortesã em Versalhes, marcada por festas, intrigas e aparências

sociais. Nesse contexto, a cultura não possuía finalidade emancipadora, mas funcionava como instrumento de controle social e manutenção do poder.

Posteriormente, com a ascensão da burguesia europeia e das classes médias, a cultura passou a desempenhar outro papel igualmente funcional: tornou-se uma “arma” de promoção social. A burguesia, buscando legitimar-se diante da aristocracia tradicional, apropriou-se dos objetos culturais como símbolos de refinamento e superioridade intelectual, transformando o acesso à arte, à literatura e ao conhecimento em sinais de prestígio e distinção social. Assim, a cultura passou a ser monopolizada pela sociedade em função de seus objetivos próprios, tais como posição social e status, convertendo-se em mecanismo de ascensão simbólica e de autoafirmação social.

Essa reflexão desenvolvida por Arendt (2005) permite compreender de forma mais ampla a relação entre cultura e pequenas cidades. Ao demonstrar que a cultura passou, em diferentes contextos históricos, a ser utilizada como instrumento de poder, distinção social e promoção política, a autora contribui para a análise das manifestações culturais presentes nesses núcleos urbanos, sobretudo quando estas deixam de ser valorizadas por seus significados históricos, simbólicos e identitários e passam a ser apropriadas segundo interesses políticos e econômicos.

Nas pequenas cidades, essa dinâmica torna-se perceptível quando festas populares, celebrações religiosas e demais manifestações do patrimônio imaterial passam a ser utilizadas prioritariamente como ferramentas de promoção de grupos políticos ou como mecanismos de fortalecimento de imagens institucionais, especialmente em períodos próximos às disputas eleitorais municipais. Nesses casos, a cultura tende a assumir uma função utilitarista semelhante à discutida por Arendt (2005), em que seu valor deixa de estar relacionado à preservação da memória coletiva e das tradições locais, passando a atender objetivos associados à visibilidade pública e à manutenção de determinadas estruturas de poder.

Entretanto, o patrimônio imaterial nas pequenas cidades possui relevância que ultrapassa a lógica utilitarista discutida por Arendt (2005). As manifestações culturais representam formas de transmissão de saberes, práticas, costumes e referências simbólicas construídas ao longo das gerações, estabelecendo vínculos entre os habitantes, o território e sua própria história. Nesse contexto, festas populares, celebrações religiosas e demais práticas culturais tornam-se elementos importantes da dinâmica social local, contribuindo para a preservação da memória

coletiva, para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e para a manutenção das identidades construídas historicamente nesses espaços.

Nas pequenas cidades, onde as relações sociais tendem a ocorrer de maneira mais próxima e pessoal, as manifestações culturais também funcionam como espaços de convivência e participação comunitária, consolidando redes de sociabilidade construídas no cotidiano. Dessa forma, o incentivo à cultura e à preservação do patrimônio imaterial contribui não apenas para a continuidade das tradições locais, mas também para o fortalecimento da participação social e das relações comunitárias diante das transformações impostas pela modernidade. Por outro lado, quando reduzidas apenas ao entretenimento, à promoção política ou ao potencial econômico imediato, essas manifestações correm o risco de perder parte de seus significados históricos, sociais e identitários (Franklin, 2024).

No aspecto econômico, a cultura também desempenha um papel importante no desenvolvimento das pequenas cidades. Mais do que preservar tradições, ela pode se tornar uma fonte de geração de renda e oportunidades, especialmente por meio do turismo sustentável e da economia criativa. As identidades locais, os saberes tradicionais e as manifestações populares passam a ser valorizados como patrimônios capazes de movimentar a economia e atrair visitantes, investidores e novos negócios para o município. Festas tradicionais, celebrações religiosas e eventos culturais, como festas juninas e festas de padroeiro, movimentam o comércio local, fortalecem setores como gastronomia, hotelaria e serviços, além de criarem oportunidades para pequenos empreendedores e para a complementação da renda das famílias. Esse movimento contribui para tornar os municípios menos dependentes de recursos externos, incentivando formas de organização coletiva e modelos econômicos mais autônomos e sustentáveis (Endlich, 2006).

Além disso, investir na cultura representa uma alternativa de desenvolvimento que valoriza as características próprias da cidade, preservando sua identidade e evitando muitos dos impactos sociais e ambientais que costumam acompanhar processos de industrialização mais intensos.

Portanto, a cultura nas pequenas cidades é construída a partir das tradições, experiências e vivências cotidianas de cada comunidade, refletindo aspectos relacionados à história, aos costumes e à identidade local. Mesmo assumindo diferentes formas em cada contexto, a cultura exerce papel importante no fortalecimento dos vínculos comunitários, da memória coletiva e do sentimento de

pertencimento, além de contribuir para a participação social e para a dinâmica econômica local. Nesse sentido, determinados espaços e práticas coletivas tornam-se necessários para a manutenção dessas relações sociais e culturais, entre eles as feiras, que historicamente desempenham funções econômicas, sociais e simbólicas nas pequenas cidades.

2.3 Vitalidade urbana, lazer e gastronomia

A permanência na cidade acontece quando os espaços deixam de ser apenas áreas de passagem e passam a fazer parte da vida das pessoas. Para compreender esse processo, é importante diferenciar espaço e lugar. O espaço está ligado ao movimento, à circulação e à dimensão física da cidade, enquanto o lugar nasce das experiências, das memórias e dos vínculos criados no cotidiano. Um lugar não é definido apenas por sua estrutura, mas pelos sentimentos e significados que desperta em quem o vivencia. Assim, ambientes que acolhem encontros, histórias e relações tornam-se parte da identidade coletiva da comunidade (Santos, 2006).

Nessa mesma perspectiva, Augé (2004) vai dizer que “lugar antropológico” representa espaços carregados de memória, pertencimento e convivência social, onde as pessoas reconhecem a si mesmas e aos outros. Em contraste, os “não-lugares”, como aeroportos, rodovias e *shopping centers*, são marcados pela rapidez e pela transitoriedade, oferecendo relações superficiais e funcionais, sem criar conexões duradouras. Entre essas duas realidades apresentadas, o autor Bhabha (1998) entende e compartilha que existem ainda os “entrelugares”, como bares, praças, cafés e restaurantes, que funcionam como pontos de encontro. São nesses lugares que acontecem conversas, trocas culturais e experiências que fortalecem os laços sociais.

Com base nisso, percebe-se que a afetividade transforma um espaço, portanto comum, em um lugar, com significado. Quando as pessoas se sentem acolhidas e representadas em determinado ambiente, é criada uma relação de pertencimento que estimula a convivência, a valorização da cultura local e a construção da cidadania. Dessa maneira, a cidade deixa de ser apenas um cenário físico e passa a ser vivida como um espaço de memória, identidade e relações humanas.

Reconhecendo isso, a diversidade de usos urbanos se torna importante para que os centros urbanos permaneçam ativos e atrativos ao longo do dia e da noite. Além disso, muitos mercados públicos, antes voltados apenas ao abastecimento, vêm sendo revitalizados e transformados em espaços de lazer, cultura e gastronomia. Mesmo que esse processo, em alguns casos, adapte tradições para atender ao turismo e ao consumo contemporâneo, ele também possibilita a recuperação do patrimônio cultural e devolve movimento e significado a áreas que antes estavam esquecidas.

Conforme discute Jacobs (2011), a presença constante de pessoas nas ruas e nos espaços públicos contribui para a vitalidade urbana e para a sensação de segurança, uma vez que ambientes frequentados em diferentes horários tendem a ser mais acolhedores e menos sujeitos ao abandono.

Diante dessa relação entre permanência, convivência e vitalidade urbana, o lazer também assume papel relevante na forma como as pessoas vivem e se conectam com a cidade. Mais do que momentos de distração, o lazer representa uma necessidade humana ligada ao bem-estar, ao descanso e à convivência social. Apesar de ser um direito garantido, muitas vezes ele acaba limitado ao consumo em espaços privados, fazendo com que a cidade deixe de ser vivida coletivamente. Quando o lazer acontece em praças, parques, ruas e espaços públicos, ele contribui para tornar a cidade mais humana, acolhedora e inclusiva. Esses ambientes permitem encontros, trocas culturais e experiências compartilhadas entre diferentes grupos sociais, fortalecendo vínculos e incentivando o uso democrático do espaço urbano. Além de proporcionar descanso e diversão, o lazer também favorece o desenvolvimento pessoal e social, já que possibilita vivências livres, criativas e ligadas à cultura local.

Nesse cenário, as feiras urbanas (e, por consequência, feiras gastronômicas) passam a ocupar um papel importante na forma como as pessoas vivenciam e permanecem na cidade, indo além da simples necessidade de alimentação. Comer também constitui uma experiência cultural, afetiva e social, capaz de aproximar indivíduos, criar memórias e fortalecer a identidade coletiva. Compartilhar uma refeição, frequentar cafés, bares, feiras e mercados são práticas cotidianas que transformam esses espaços em locais de convivência e pertencimento. Dessa forma, tais estabelecimentos contribuem para a circulação de pessoas e para o uso contínuo dos espaços urbanos, favorecendo a vitalidade da cidade. Conforme

discute Jan Gehl (2013), cidades que incentivam a permanência das pessoas nos espaços públicos tendem a fortalecer as interações sociais e a construção de ambientes urbanos mais ativos e humanizados.

Dessa forma, compreende-se que a cultura e o lazer exercem papel relevante na dinâmica urbana das pequenas cidades, especialmente por contribuírem para a permanência das pessoas nos espaços públicos e para o fortalecimento das relações sociais construídas no cotidiano. Mais do que atividades voltadas ao entretenimento, tais práticas participam da construção das identidades locais, da preservação das memórias coletivas e da consolidação do sentimento de pertencimento da população em relação à cidade. Nesse contexto, espaços ligados à gastronomia, às manifestações culturais e ao lazer tornam-se importantes ambientes de convivência e interação social, favorecendo a apropriação coletiva do espaço urbano e estimulando sua ocupação contínua. Assim, a valorização dessas práticas e dos espaços públicos associados a elas contribui para a manutenção da vitalidade urbana e para o fortalecimento das relações culturais e comunitárias presentes nas pequenas cidades.

Assim, uma cidade dinâmica não se define apenas pela presença de infraestrutura urbana qualificada ou pela intensidade de suas atividades econômicas, mas principalmente pela capacidade de promover permanência, interação social e apropriação coletiva dos espaços urbanos. A vitalidade urbana está diretamente relacionada à diversidade de usos, à oferta de espaços públicos acessíveis e à criação de ambientes que estimulem experiências sociais, culturais e afetivas no cotidiano. A integração entre lazer, gastronomia, cultura e convivência contribui para a formação de territórios mais ativos, seguros e humanizados, nos quais o cidadão deixa de ocupar uma posição passiva diante da paisagem urbana e passa a atuar como agente participante na construção das relações sociais e simbólicas do lugar. Dessa maneira, o espaço urbano transforma-se em um ambiente de pertencimento e identidade coletiva, capaz de fortalecer vínculos comunitários, incentivar o exercício da cidadania e consolidar práticas de uso contínuo da cidade, fundamentais para a manutenção da vitalidade urbana e da função social dos espaços públicos.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza descritiva e aplicada, inserido no campo das ciências sociais aplicadas, com enfoque nas discussões relacionadas à cultura, ao lazer e à produção do espaço urbano em pequenas cidades. O principal objetivo do estudo é analisar a feira gastronômica do município de Simonésia - MG enquanto espaço cultural e de convivência urbana, buscando compreender de que maneira as relações sociais, os encontros e as formas de permanência observadas no local contribuem para a dinâmica urbana e para a construção da identidade cultural da cidade. Dessa forma, o tipo de pesquisa adotado é o estudo de caso, entendido por Lakatos e Marconi (2003) como uma investigação aprofundada de determinado fenômeno, permitindo seu exame detalhado dentro de um contexto específico.

O recorte espacial da pesquisa concentra-se na área ocupada pela feira e em seus espaços de convivência, observando aspectos relacionados à circulação de pessoas, usos do espaço público, interações sociais e apropriação urbana desenvolvida durante o funcionamento do evento.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta e análise da paisagem urbana. A observação considerou elementos relacionados à permanência das pessoas, às formas de ocupação do espaço público, às dinâmicas de convivência e às experiências cotidianas construídas no ambiente da feira. A escolha pela observação direta justifica-se pela intenção de compreender o espaço urbano a partir das práticas sociais e das percepções desenvolvidas durante a vivência no local.

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, considerando aspectos ligados à cultura, ao lazer, à vitalidade urbana e à formação de vínculos sociais no contexto das pequenas cidades. As categorias de análise foram definidas a partir da observação das relações de convivência, dos espaços de encontro, das práticas culturais associadas à gastronomia e das formas de apropriação coletiva do espaço urbano.

Durante a pesquisa, utilizou-se a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT como apoio complementar à escrita acadêmica, especialmente na organização de ideias, revisão textual e aprimoramento da coesão do texto. Todos os dados, fontes,

análises e interpretações apresentados foram obtidos e definidos pela pesquisa, cabendo à ferramenta apenas função auxiliar na redação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Estudo histórico e sociodemográfico de Simonésia

Localizado na mesorregião da Zona da Mata (região intermédia de Juiz de Fora) e microrregião (ou região imediata) de Manhuaçu do estado de Minas Gerais, o município de Simonésia apresenta uma formação histórica marcada pela ocupação territorial, pela religiosidade, pela ruralidade e pela permanência de práticas culturais associadas ao cotidiano da população. A narrativa mais recorrente sobre sua origem costuma destacar a chegada de Luciano Galo Nunes, Manuel Antônio Meira e seus companheiros à confluência do Rio Palmeiras com o Rio São Simão, em 28 de outubro de 1855, data associada ao dia de São Simão. No entanto, para além da identificação de nomes fundadores e marcos administrativos, a história do município deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de ocupação do território mineiro, atravessado pela busca por terras produtivas, pela formação de núcleos rurais e pela construção de referências religiosas e culturais que passaram a organizar a vida coletiva local.

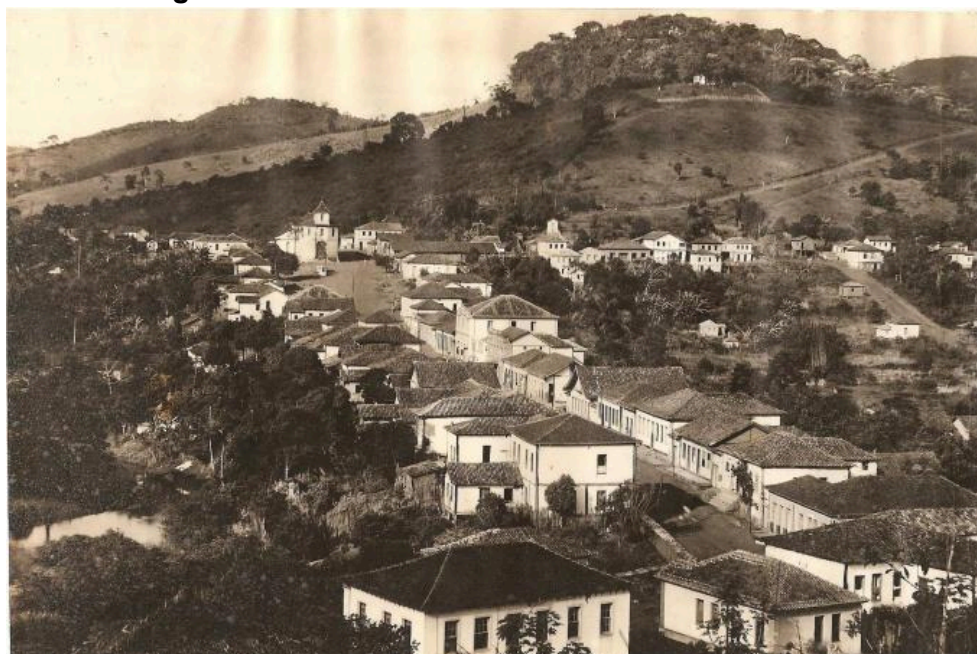
Nesse sentido, a formação de Simonésia não pode ser lida apenas como resultado da ação de colonizadores e administradores públicos, mas também a partir das práticas cotidianas de agricultores, trabalhadores rurais, comunidades religiosas, famílias e grupos populares que participaram da construção social do território. Essa leitura aproxima-se da compreensão de cultura como construção simbólica e social, na qual as identidades não são fixas ou homogêneas, mas produzidas historicamente por meio de diferentes experiências, discursos e formas de pertencimento (Hall, 2006).

A chegada de aventureiros, colonos e garimpeiros, frequentemente apresentada como sinal de progresso, também expressa uma lógica de apropriação da terra e de reorganização da paisagem, comum ao processo de interiorização da ocupação em Minas Gerais. Assim, a construção da igreja matriz, em 1875, e a elevação do arraial à categoria de vila, em 1877, podem ser compreendidas não apenas como fatos administrativos, mas como movimentos de consolidação

simbólica e política de uma determinada forma de ocupação. A memória oficial, nesse caso, seleciona determinados sujeitos e acontecimentos como marcos da história local, enquanto outras experiências permanecem menos visíveis nos registros históricos.

Ao longo das décadas seguintes, São Simão permaneceu vinculado ao município de Manhuaçu e passou por diferentes alterações administrativas até sua emancipação, ocorrida pelo Decreto-Lei Estadual nº 1.058, de 31 de dezembro de 1943, quando foi criado o município de Simonésia (Figura 01). A nova denominação, associada ao padroeiro São Simão, revela a centralidade da religiosidade católica na organização da memória oficial do município. No entanto, essa memória não esgota a diversidade cultural local, pois a história simonesiense também é constituída por práticas rurais, saberes populares, festividades, formas de sociabilidade e manifestações culturais que se mantêm vivas no cotidiano da população. Nesse aspecto, a memória coletiva não se limita aos documentos oficiais, mas se constrói a partir das referências espaciais, das práticas sociais e dos vínculos compartilhados por uma comunidade (Halbwachs, 1990).

Figura 01 - Vista aérea de Simonésia no ano de 1947



Fonte: Prefeitura de Simonésia (2020).

A formação territorial do município continuou a ser modificada nos anos posteriores. Em 1948 foi criado o distrito de Santa Filomena, que permaneceu

integrado a Simonésia até 1962, quando, juntamente com Santana do Manhuaçu, passou a compor o novo município de Santana do Manhuaçu. Em 1982, foi instituído o distrito de São Simão do Rio Preto, configurando a atual divisão administrativa do município, composta pela sede municipal e pelos distritos de Alegria e São Simão do Rio Preto. Essas transformações indicam que o território simonesiense não foi formado de maneira linear, mas por sucessivas reorganizações políticas, administrativas e sociais.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Simonésia possui 19.750 habitantes, conforme o Censo Demográfico de 2022, distribuídos em uma área territorial de 486 km², com densidade demográfica aproximada de 40,59 habitantes por quilômetro quadrado (Figura 02).

Figura 02 - Vista aérea de Simonésia no ano de 2021



Fonte: CisCaparaó (2023).

Embora apresente população urbana significativa, o município mantém forte vínculo com o meio rural, especialmente pela presença da cafeicultura, base importante de sua economia e de sua identidade territorial. Essa relação entre cidade e campo contribui para compreender Simonésia como uma pequena cidade cuja dinâmica urbana não pode ser dissociada das práticas rurais, dos modos de vida locais e das redes de sociabilidade construídas em torno do trabalho, da religiosidade e das festas comunitárias.

A partir de uma leitura crítica, a história de Simonésia evidencia não apenas a ocupação do território por determinados sujeitos reconhecidos pela historiografia oficial, mas também a permanência de práticas culturais que resistem à redução da

cultura local a uma narrativa única. Festas religiosas, manifestações populares, culinária, saberes ligados ao campo e formas coletivas de convivência demonstram que a identidade simonesiense é construída no encontro entre memória, território e vida cotidiana. Nesse contexto, a valorização da cultura local exige reconhecer os sujeitos e práticas que, muitas vezes, permanecem à margem dos registros oficiais, mas que sustentam a experiência urbana e comunitária do município.

Dessa forma, Simonésia pode ser compreendida como uma pequena cidade cuja história não se limita aos marcos de fundação, emancipação e divisão administrativa. Sua formação revela relações entre ruralidade, religiosidade, cultura popular e produção do espaço urbano, elementos que continuam a influenciar as formas de sociabilidade presentes no município. É nesse contexto que práticas como festas comunitárias, celebrações religiosas e eventos gastronômicos assumem importância, pois articulam memória, identidade e permanência no espaço urbano, contribuindo para a construção de uma cultura viva e compartilhada pela população.

4.2 Manifestações da cultura em Simonésia

A cultura do município de Simonésia é atravessada pela religiosidade, pela produção cafeeira e por tradições populares que participam da construção da identidade social e cultural da população local. Essas manifestações não devem ser compreendidas apenas como costumes preservados ao longo do tempo, mas como práticas que produzem vínculos, memórias e formas de pertencimento. Nesse sentido, a cultura pode ser entendida como um campo de significados compartilhados, no qual os sujeitos constroem modos de viver, interpretar e representar sua própria realidade (Hall, 2006).

Entre as manifestações religiosas que acontecem ao longo do ano, as festividades em homenagem ao padroeiro São Simão ocupam lugar expressivo no calendário cultural do município (Figuras 03 e 04), reunindo celebrações, apresentações musicais, atividades recreativas e momentos comunitários. Essas práticas evidenciam como a religiosidade, nas pequenas cidades, não se limita ao espaço litúrgico, mas se expande para o cotidiano, para a praça, para as ruas e para as relações entre os moradores. Como observa Halbwachs (1990), a memória

coletiva se constrói a partir de referências compartilhadas por um grupo, sendo os espaços e rituais comunitários importantes suportes para sua permanência.

Figura 03 - Festa em honra a São Simão



Figura 04 - Festa em honra a São Simão



Fonte: Paróquia São Simão (2025).

Um dos momentos característicos dessas festividades são as mesas de partilha, nas quais os fiéis se reúnem após as celebrações litúrgicas e compartilham quitandas e receitas preparadas pelas famílias da comunidade. Também integram a programação as barrquinhas com comidas típicas da culinária mineira e os bingos beneficentes, cujos recursos são destinados à manutenção das atividades da paróquia e à realização de ações comunitárias. Essas práticas demonstram que a comida, a fé e a convivência se articulam como dimensões da cultura local, reforçando relações de solidariedade, sociabilidade e pertencimento.

O carnaval de Simonésia também se consolidou como uma manifestação cultural expressiva para o município e para a região da Zona da Mata Mineira. Ao reunir moradores, visitantes, blocos, desfiles, apresentações musicais e atividades destinadas a diferentes públicos, o evento promove lazer, circulação de pessoas e ocupação dos espaços urbanos. Essa dinâmica pode ser aproximada da discussão de Jacobs (2011), para quem a vitalidade urbana está relacionada à presença de pessoas, à diversidade de usos e à permanência nos espaços da cidade.

Além de sua dimensão recreativa, o carnaval contribui para a valorização da identidade cultural do município, pois envolve memórias, formas de organização comunitária, práticas festivas e experiências compartilhadas entre diferentes gerações (Figuras 05, 06 e 07).

Figura 05 - Desfile de carros alegóricos

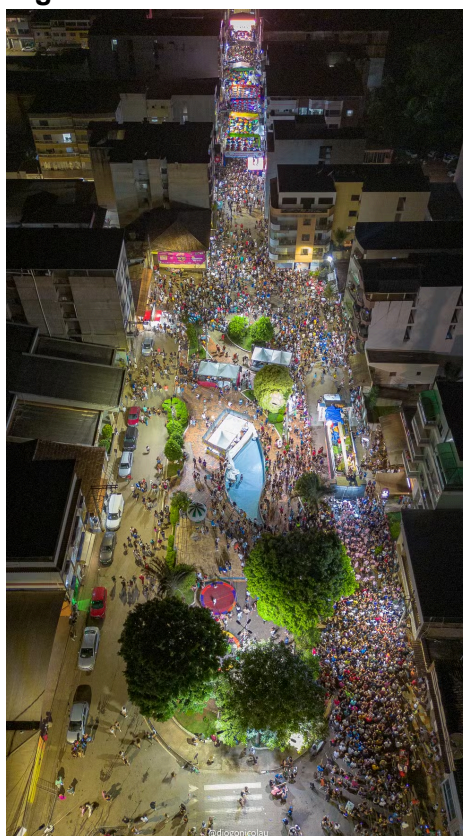


Figura 06 - Carnaval de Simonésia



Fonte: acervo da autora (2010).

Figura 07 - Carnaval de Simonésia



Fonte: Site G1 - Inter TV dos Vales (2026).

No entanto, é importante observar que tais manifestações não devem ser reduzidas apenas ao seu potencial econômico ou turístico. Como discutido por

Arendt (2005), quando a cultura passa a ser utilizada apenas como instrumento de promoção ou consumo, corre-se o risco de esvaziar parte de seus sentidos sociais e simbólicos.

Ainda assim, o carnaval também movimenta a economia local, estimulando o comércio, os serviços de alimentação, a hospedagem e empreendimentos temporários durante o período festivo. Essa relação entre cultura e economia é comum em pequenas cidades, nas quais as festas populares podem contribuir para a geração de renda e para a dinamização do espaço urbano. Conforme Endlich (2006), a análise das pequenas cidades deve considerar suas relações sociais, econômicas e territoriais próprias, pois esses municípios possuem formas particulares de organização e de apropriação do espaço.

Dessa forma, as manifestações culturais de Simonésia, especialmente as festas religiosas e o carnaval, não devem ser compreendidas apenas como eventos isolados do calendário municipal. Elas expressam relações entre memória, cultura, religiosidade, lazer e economia local, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva que se manifesta no cotidiano e nos espaços de convivência da cidade. Nesse contexto, tais práticas ajudam a compreender como a cultura permanece viva nas pequenas cidades, não apenas como herança do passado, mas como experiência social continuamente reconstruída pela população.

4.3 Feira Gastronômica Sabores na Praça: Valorização da gastronomia, cultura e economia simonesiense

A Feira Gastronômica Cultural de Simonésia teve sua primeira edição em 8 de junho de 2019, na Praça Getúlio Vargas, sendo organizada pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer. Desde sua implantação, o evento passou a ocupar um lugar expressivo na dinâmica cultural do município, articulando gastronomia, lazer, comércio local e convivência urbana. Mais do que uma programação eventual, a feira tornou-se um momento de uso coletivo do espaço público, no qual moradores, visitantes, comerciantes e produtores locais compartilham experiências relacionadas à alimentação, à música, ao encontro e à permanência na cidade. Essa dinâmica dialoga com Lefebvre (2001), ao compreender o espaço urbano como produção social, constituída pelas práticas cotidianas e pelas formas de apropriação realizadas pela população.

Na edição inicial, realizada em 2019 (Figura 08), a feira apresentou pratos típicos e preparações contemporâneas produzidas por estabelecimentos e empreendedores locais. A presença de comidas associadas à culinária mineira, somada à produção artesanal e à participação de comerciantes da cidade, evidencia que a gastronomia não aparece apenas como produto de consumo, mas como forma de expressão cultural. Nesse sentido, os sabores locais funcionam como elementos de memória e pertencimento, pois remetem a práticas familiares, saberes cotidianos e modos de preparo que circulam entre gerações. Essa leitura aproxima-se de Halbwachs (1990), para quem a memória coletiva se constrói a partir de referências compartilhadas por um grupo e se mantém vinculada a espaços, práticas e experiências comuns.

Figura 08 - Primeira edição da Feira Gastronômica

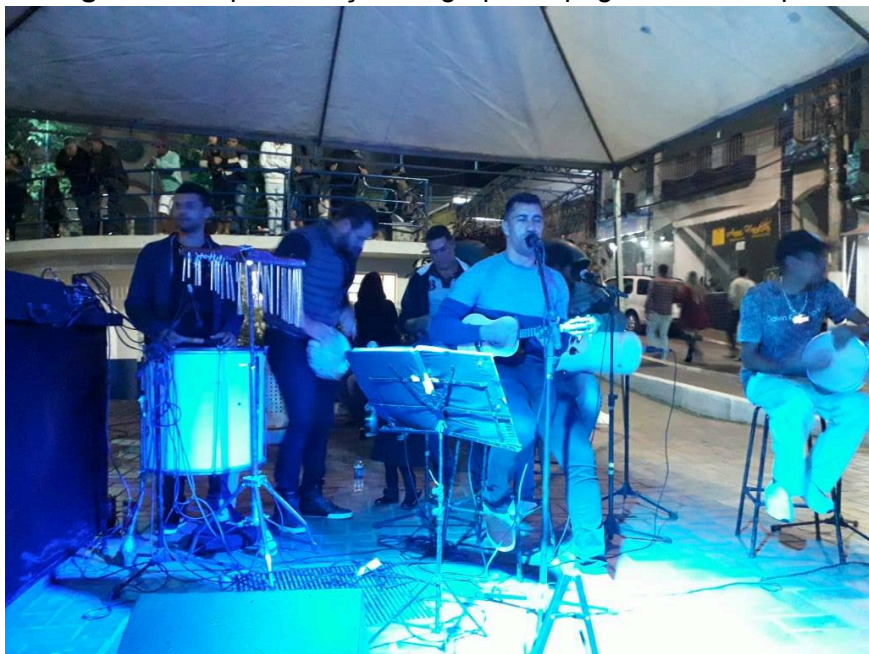


Fonte: Portal Caparaó (2019).

A análise da paisagem urbana permite compreender a feira como uma prática capaz de modificar temporariamente a percepção do centro de Simonésia. Em dias comuns, a praça e a avenida principal funcionam como espaços de passagem, circulação de veículos, deslocamento de pedestres e acesso ao comércio local. Durante a feira, entretanto, esses mesmos espaços passam a concentrar barracas, mesas, cadeiras, iluminação, apresentações culturais, circulação lenta de pessoas e permanência de grupos. A paisagem cotidiana é reorganizada por elementos

temporários que alteram o ritmo do espaço urbano e transformam áreas de circulação em lugares de convivência (Figuras 09 e 10).

Figura 09 - Apresentação do grupo de pagode Stilo Próprio



Fonte: Site Portal Caparaó (2019).

Figura 10 - Apresentação da escola de samba local



Fonte: Instagram da Feira Gastronômica (2024).

Essa transformação é importante porque evidencia que a feira não depende apenas de sua programação, mas também da forma como se insere no tecido urbano. A Praça Getúlio Vargas, enquanto local da primeira edição, possui significado ligado à centralidade tradicional da cidade, por ser um espaço reconhecido pela população e associado ao encontro cotidiano. Nesse ambiente, a feira reforçava uma forma de sociabilidade mais concentrada, próxima e vinculada ao espaço público tradicional. A praça funcionava como suporte físico e simbólico para a reunião das pessoas, permitindo que o evento se articulasse à memória urbana e às práticas de permanência já existentes no centro.

Com o crescimento do público entre 2019 e 2024, a transferência da feira para a avenida principal representou uma mudança na escala do evento. A avenida, por possuir maior extensão e capacidade de circulação, permitiu a ampliação das barracas, a melhor distribuição dos fluxos e a presença de um público mais numeroso. No entanto, essa mudança também produziu outra relação com a paisagem urbana. Enquanto a praça favorecia o encontro em um espaço mais delimitado, a avenida criou uma dinâmica linear, marcada pelo deslocamento ao longo das barracas, pela ocupação das laterais da via e pela formação de pontos de permanência junto aos espaços de alimentação e apresentações culturais.

A mudança de local, portanto, não deve ser compreendida apenas como uma adaptação logística. Ela revela a ampliação da feira enquanto prática urbana e mostra como o evento passou a demandar uma estrutura espacial mais compatível com seu crescimento. Ao ocupar a avenida principal, a feira reorganiza temporariamente a hierarquia do espaço urbano: a via, usualmente destinada ao tráfego e à circulação, passa a ser apropriada por pedestres, comerciantes, famílias e visitantes. Essa inversão temporária de uso aproxima-se da discussão de Gehl (2013), ao destacar que espaços urbanos mais vivos são aqueles que favorecem a permanência das pessoas e a realização de atividades sociais no cotidiano da cidade.

Durante a observação da feira, percebe-se que a circulação das pessoas não ocorre de maneira apressada. Os deslocamentos são interrompidos por conversas, encontros, paradas diante das barracas, escolha de alimentos, permanência em mesas e participação nas atividades culturais. A feira cria uma forma de caminhar mais lenta e mais atenta ao espaço, em que a paisagem urbana passa a ser vivida de maneira diferente. Nesse contexto, a rua deixa de ser apenas suporte de

deslocamento e assume função de lugar, pois passa a reunir experiências, memórias e relações sociais.

A presença de diferentes faixas etárias também contribui para a leitura da feira como espaço de sociabilidade. Famílias, jovens, idosos, comerciantes, crianças e visitantes compartilham o mesmo ambiente, ainda que com formas distintas de uso. Alguns permanecem próximos às barracas de alimentação, outros circulam pela avenida, outros se concentram nas áreas de apresentação musical ou utilizam o evento como oportunidade de encontro. Essa diversidade de usos reforça a vitalidade urbana do espaço, conforme discutido por Jacobs (2011), para quem a presença constante e diversificada de pessoas é um dos elementos que contribuem para a segurança, a convivência e a vida urbana.

A paisagem da feira também revela uma relação direta entre cultura e economia local. As barracas e pontos de venda tornam visíveis pequenos empreendedores, comerciantes e produtores que, em outros momentos, podem estar dispersos pela cidade ou menos presentes no espaço público. Durante o evento, esses sujeitos passam a ocupar lugar de destaque na paisagem urbana, expondo produtos, receitas, objetos artesanais e formas de trabalho vinculadas à economia local. Essa presença reforça o papel da feira como espaço de circulação econômica, mas também como lugar de reconhecimento social, pois permite que práticas cotidianas de produção e comércio sejam valorizadas diante da comunidade (Figura 11).

Figura 11 - Feira Gastronômica Sabores na Praça



Fonte: Acervo da autora (2026).

Entretanto, a importância da feira não deve ser reduzida ao impacto econômico imediato. Como discutido por Hall (2006), a cultura participa da construção das identidades, sendo formada por práticas, símbolos e representações que dão sentido à vida social. Nesse sentido, a feira expressa uma identidade simonesiense construída a partir da alimentação, da música, do encontro e da ocupação coletiva do espaço urbano. A gastronomia funciona como linguagem cultural, pois traduz modos de fazer, referências familiares, hábitos regionais e relações afetivas com a comida. Assim, comer na feira não é apenas consumir, mas participar de uma experiência social compartilhada.

A análise da paisagem urbana também permite observar algumas demandas espaciais geradas pelo próprio crescimento do evento. A ampliação do público e das atividades exige atenção à circulação de pedestres, à acessibilidade, à disposição das barracas, à oferta de assentos, à iluminação, à segurança e ao conforto ambiental. Esses aspectos demonstram que a feira, ao mesmo tempo em que ativa o espaço urbano, também evidencia a necessidade de qualificação da infraestrutura pública. Em pequenas cidades, esse tipo de evento revela a importância de espaços

capazes de receber práticas coletivas sem comprometer a circulação, a permanência e a acessibilidade da população.

Essa questão aproxima-se da discussão de Endlich (2006), ao indicar que as pequenas cidades devem ser compreendidas a partir de suas dinâmicas próprias, e não como espaços simples ou homogêneos. A Feira Gastronômica Cultural de Simonésia mostra que, mesmo em municípios de menor porte, existem demandas urbanas relacionadas à cultura, ao lazer, à economia e à convivência. A presença de público local e regional indica que a feira ultrapassa a dimensão de evento pontual e passa a atuar como prática de centralidade temporária, capaz de atrair pessoas, intensificar usos e reorganizar a experiência urbana no centro da cidade.

Do ponto de vista da apropriação urbana, a feira cria um território temporário de convivência. Esse território não se define apenas por sua delimitação física, mas pelas relações sociais que se formam durante o evento. A disposição das barracas, a permanência das pessoas, os encontros entre conhecidos, a circulação de visitantes e a presença de apresentações culturais produzem uma atmosfera própria, na qual a cidade é vivida de forma mais coletiva. A feira, portanto, transforma o espaço urbano em lugar de experiência, aproximando-se da ideia de que a cidade se constitui pelas práticas sociais que nela se desenvolvem.

Também é possível observar que a feira contribui para a ativação do centro urbano em horário noturno. Esse aspecto é relevante porque amplia o uso da cidade para além dos horários comerciais tradicionais, criando possibilidades de permanência e convivência. A presença de iluminação, música, alimentação e circulação de pessoas modifica a percepção de segurança e atratividade do espaço. A rua, que em outros momentos poderia apresentar menor movimento, passa a ser apropriada pela população como espaço de lazer e encontro, reforçando a importância dos eventos culturais para a vitalidade urbana em pequenas cidades.

A Feira Gastronômica Sabores na Praça, portanto, pode ser compreendida como um objeto cultural da cidade, pois reúne elementos materiais e imateriais da vida urbana local. Ela mobiliza a culinária, a música, o comércio, a memória, o lazer e a convivência, ao mesmo tempo em que revela demandas por espaços públicos mais estruturados para receber esse tipo de prática. A análise da paisagem urbana indica que sua contribuição está justamente na capacidade de transformar, ainda que temporariamente, espaços cotidianos em lugares de permanência, encontro e reconhecimento coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo do trabalho permitiu compreender a Feira Gastronômica Sabores na Praça como uma prática cultural que ultrapassa a dimensão do consumo alimentar. Em Simonésia, a feira se apresenta como um espaço de encontro, permanência e convivência, no qual gastronomia, lazer, comércio local e sociabilidade se articulam à dinâmica urbana da cidade. Sua realização transforma temporariamente áreas do centro em lugares de uso coletivo, fazendo com que espaços normalmente associados à circulação cotidiana passem a abrigar práticas de permanência, troca e reconhecimento entre os moradores.

A leitura histórica e cultural do município evidenciou que Simonésia mantém forte relação com a ruralidade, a religiosidade, a produção cafeeira e as manifestações populares. Esses elementos aparecem não apenas como marcas do passado, mas como práticas ainda presentes na construção da identidade local. As festas religiosas, o carnaval e a feira gastronômica demonstram que a cultura simonesiense se manifesta em ações coletivas, nos encontros comunitários e nos usos compartilhados do espaço urbano.

A feira, nesse contexto, assume papel importante na valorização da cultura local. Os alimentos, os modos de preparo, os produtos artesanais e a participação de pequenos empreendedores revelam saberes cotidianos ligados à memória familiar, à culinária mineira e às formas locais de sociabilidade. A gastronomia, portanto, não aparece apenas como mercadoria, mas como linguagem cultural, capaz de aproximar pessoas, produzir lembranças e fortalecer vínculos de pertencimento.

A análise da paisagem urbana demonstrou que a mudança da feira da Praça Getúlio Vargas para a avenida principal não representou apenas uma alteração de localização, mas uma mudança de escala e de relação com a cidade. A praça, enquanto espaço mais concentrado e tradicional de encontro, oferecia uma ambiência próxima e vinculada à memória urbana local. A avenida, por sua vez, possibilitou maior expansão do evento, ampliação das barracas, melhor distribuição dos fluxos e maior visibilidade para comerciantes e visitantes. Essa mudança indica o crescimento da feira e sua consolidação como prática recorrente no calendário municipal.

Ao mesmo tempo, a ampliação do evento também revelou demandas urbanas que precisam ser consideradas. A presença de grande número de pessoas, a ocupação da via pública, a necessidade de circulação segura, a oferta de assentos, a iluminação, a acessibilidade e o conforto ambiental indicam que a feira depende de uma infraestrutura urbana adequada para que sua realização ocorra de forma mais acolhedora e organizada. Dessa forma, o evento evidencia tanto a força das práticas culturais locais quanto a necessidade de espaços públicos mais preparados para recebê-las.

Observou-se ainda que a feira contribui para ativar o centro urbano em horários nos quais a cidade poderia apresentar menor movimento. A presença de famílias, jovens, idosos, visitantes, comerciantes e produtores cria uma ambiência de vitalidade urbana, na qual a rua deixa de ser apenas espaço de passagem e passa a funcionar como lugar de permanência. Essa ocupação temporária reforça a importância das práticas culturais para a vida urbana das pequenas cidades, especialmente quando elas promovem convivência, circulação de pessoas e apropriação coletiva dos espaços públicos.

Dessa forma, a Feira Gastronômica Sabores na Praça revela-se como uma experiência significativa para Simonésia, pois articula memória, cultura, economia local e uso do espaço urbano. Sua continuidade demonstra que a vitalidade de uma pequena cidade não depende apenas de grandes equipamentos permanentes, mas também de práticas coletivas capazes de transformar o cotidiano e produzir sentidos compartilhados. Em Simonésia, a feira mostra que a cidade também se constrói quando as pessoas permanecem, conversam, comem, circulam e reconhecem o espaço público como parte de sua própria história.

6 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARENDT, Hannah. A crise na cultura: sua importância social e política. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 248-281.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1990.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

FRANKLIN, Arthur Zanuti. **Caparaó mineiro**: a construção do território em torno do parque nacional pela atividade turística no período 2006-2022. 2024. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2024.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOODENOUGH, Ward H. In pursuit of culture. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 32, p. 1-12, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LAFETÁ, Luiza Adelaide. A reutilização do Mercado Novo de Belo Horizonte: economia criativa a partir da gastronomia. **Inovação e Tecnologia na Gastronomia**, [s. l.], p. 17, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Culture**. London: Fontana, 1981.

ZUKIN, Sharon. **Naked city**: the death and life of authentic urban places. New York: Oxford University Press, 2010.